



**A AUTOGESTÃO NO AMBIENTE PROFISSIONAL: APORTES E
CONTRIBUIÇÕES**

**SELF-MANAGEMENT IN THE PROFESSIONAL ENVIRONMENT: SUBSIDIES
AND CONTRIBUTIONS**

Gabriela Guichard de Lima Beck
Universidade Federal de Santa Catarina
g.beck@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1869-2127>

Roberta de Souza Matos
Universidade Federal de Santa Catarina
robertasmts@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2546-8374>

Irineu Manoel de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina
irineu.manoel@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-3640-0853>

Resumo

O presente artigo teve como objetivo principal realizar um levantamento bibliométrico sobre o tema autogestão nas organizações na ótica dos pesquisadores. Denota-se que questões como alienação no trabalho, autonomia, realização profissional, autocontrole e cooperativismo vêm surgindo com certa frequência no mundo da ciência organizacional. As organizações estão cada vez mais mecanizadas e intensificam ao máximo o controle e a autoridade. A autogestão então aparece como uma proposta de emancipação desses trabalhadores, na medida em que esses conseguem, sem a presença da hierarquia, exteriorizar suas personalidades e aptidões profissionais. No trabalho autogestionário, o funcionário passa do estado de trabalhador alienado para um enriquecido, autônomo, no qual o mesmo torna-se responsável pela sua produção. Os principais resultados evidenciaram que, apesar do destaque do tema, esse, no que tange às organizações, ainda é pouco abordado na academia, no entanto, em relação à produtividade internacional, essa possui bem mais citações do assunto do que a nacional, sendo que a maioria de suas abordagens é relacionada à área de saúde e medicina. Em relação

aos autores nacionais, Ana Paula Paes de Paula foi a autora que mais apareceu nos resultados de publicação de artigos.

Palavras-chave: Bibliometria, administração, autogestão.

Abstract

The main objective of this article was to carry out a bibliometric survey on the topic of self-management in organizations from the perspective of researchers. It is noted that issues such as alienation at work, autonomy, professional fulfillment, self-control and cooperativism have been emerging with some frequency in the world of organizational science. Organizations are increasingly mechanized and intensify control and authority as much as possible. Self-management then appears as a proposal for the emancipation of these workers, insofar as they are able, without the presence of the hierarchy, to externalize their personalities and professional aptitudes. In self-managed work, the employee moves from being an alienated worker to an enriched, self-employed person, in which he becomes responsible for his production. The main results showed that, despite the prominence of the theme, this with regard to organizations, is still little addressed in the academy, however, in relation to international productivity, it has much more citations on the subject than the national one, being that most of its approaches are related to health and medicine. Regarding national authors, Ana Paula Paes de Paula was the author who most appeared in the results of publishing articles.

Keywords: *Bibliometrics, administration, self-management.*

1. INTRODUÇÃO

Devido ao aumento das exigências institucionais relacionadas ao mercado de trabalho, e a tantas transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas cada vez mais presentes no ambiente organizacional, as organizações se veem na obrigação de reavaliar seu modelo de gestão. Grande número de pesquisadores, nos mais diversos países, têm escolhido a autogestão como objeto de estudo. (Motta, 1981, p.9). O tema dessa pesquisa é importante, pois no âmbito da academia, nunca foi tão latente a procura por alternativas teóricas no campo da administração sobre o problema. O desgaste das teorias organizacionais gerencialistas tradicionais, que desde a década de 1980 vêm sendo criticadas por Guerreiro Ramos, Tragtenberg, Prestes Motta, dentre outros, evidencia que a literatura anglo-saxônica neste

campo do conhecimento pouco tem feito além de reeditar em novas embalagens os mesmos preceitos do taylorismo-fordismo. (Cançado, Tenório & Pereira, 2011).

O estudo é oportuno porque questões como autonomia, controle, poder, hierarquia, e autogestão têm sido trazidas com maior frequência no novo e precário cenário profissional, estabelecendo novos desafios no que diz respeito a propostas de possibilidades que possam ir de encontro às problemáticas da burocracia. As organizações têm sido criticadas por muitas razões, sendo que as críticas à ineficiência burocrática são clássicas. Motta (1981) contribui para o tema, ao enfatizar tais críticas, enquanto instâncias de controle social, que invadem todas as esferas da vida, passando pela produção, pela política, pela ideologia, chegando até ao lazer. (Motta, 1981).

A pesquisa também se justifica visto que, de acordo com Paula (2007), os estudos em administração estão voltados para a emancipação do homem no ambiente organizacional, pois buscam criar sociedades e lugares que sejam livres da dominação, onde todos os indivíduos tenham idêntica oportunidade na contribuição para a criação de sistemas e métodos que possibilitem o encontro das necessidades humanas e conduzam ao progresso do desenvolvimento de todos. Destaca-se que a autogestão, como forma inovadora de gestão é, também, uma solução para impasses da gestão maior, pois desonera os gestores da responsabilidade e dos conflitos gerados pela hierarquia oriunda do modelo de gestão burocrático.

É importante destacar que a burocracia, adepta ao trabalhador especializado, tem como resultado um homem cada vez mais desumanizado. Criam-se e estimulam-se aparatos ideológicos e um conjunto de técnicas e tecnologias para submergir o ser humano de forma silenciosa e sutil. (De Faria & Meneguetti, 2011). Por outro lado, indivíduos autônomos tornam-se capazes de aprender e de cooperarem entre si. Tal comportamento tende a ser selecionado e reproduzido, chegando ao ponto em que esses indivíduos cooperativos se conectam constituindo um conjunto que, também, por sua vez, passa a se comportar como um indivíduo e assim por diante. Conclui-se, enfim, que o sistema resultante se auto-organiza, fazendo emergir um comportamento global cujo desempenho também é avaliado por pressões de seleção presentes no ambiente (externo e interno).

Diante desse contexto, esse estudo pretendeu realizar um levantamento bibliométrico sobre o tema autogestão nas organizações na ótica dos pesquisadores. A bibliometria é uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento sobre um determinado tema. Desse modo, esta pesquisa caracterizou-se como um estudo bibliométrico que compreendeu o intervalo de sua

busca de Janeiro de 1994 a Dezembro de 2016, visto que se considerou oportuno selecionar o intervalo de no mínimo dez anos de produção para construção da análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Burocracia

Uma das principais características da burocracia, a mecanização, representa para Motta (1981) uma maior subordinação do funcionário à autoridade no âmbito organizacional, correspondendo a uma maior centralização das decisões no âmbito da direção, e a maior separação entre o trabalho intelectual e manual. Os trabalhadores são vigiados em seu ritmo no ambiente organizacional, em sua interdependência e em seu comportamento. A máquina exige uma regulação social, além de requerer tipos de personalidade adequados à natureza do processo produtivo. As teorias administrativas aplicadas às organizações têm se tornado cúmplices dos interesses capitalistas no momento em que possuem como papel principal adaptar profissionais cujas ações acabam prevalecendo do econômico ao fator humano e às questões éticas. Não obstante, os modelos de gestão burocráticos estão nitidamente decretando o seu esgotamento, a partir da ocasião em que se tornaram produtores de profissionais alienados, os quais estão cada vez mais distantes de sua originalidade e criatividade. (Onuma et al, 2012).

Em função disso, de acordo com Motta (1993) estudos têm mostrado como tem sido difícil e penoso o processo de adaptação do indivíduo a uma organização que tenta moldá-lo mudando suas formas de percepção. Ainda conforme o autor, esse processo é sempre bidirecional, com a renúncia de ampla margem de liberdade por parte do indivíduo, que concorda de maneira implícita com as demandas legítimas da organização, as quais lhe tomam a liberdade, limitando seus comportamentos alternativos. Outra característica predominante no ambiente burocrático é a racionalidade a qual, para De Faria e Meneghetti (2011), Weber possui forte influência na compreensão desse processo, ao apresentar o entendimento de que a sociedade tradicional, fundamentada em valores e crenças, transformou-se em uma sociedade baseada em relações que os fins são mais importantes que os meios, gerando, como consequência, um profundo e permanente desencantamento com o mundo. É importante destacar que, a burocracia, adepta ao trabalhador especializado, tem como resultado um homem cada vez mais desumanizado. Criam-se e estimulam-se aparatos ideológicos e um conjunto de técnicas e tecnologias para submergir o ser humano de forma silenciosa e sutil.

Segundo o autor Max Weber (1982) o processo de racionalização da sociedade se deu na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Com base nesse novo modelo de gestão fundamentado em razões burocráticas, o desencantamento do mundo substituiu a tradição que antes baseava as relações sociais. Esse processo de dominação tentou eliminar da vida organizacional todos os elementos humanos e emocionais, passando a administração burocrática a funcionar com base no formalismo impessoal - de modo formalmente igual para cada qual (Weber, 2000) - e na eficiência tipo-máquina (Marsden; Townley, 2001). Nas palavras de Margoto et al. (2010):

O processo de racionalização, por si mesmo, acaba se configurando em dominação, no qual princípios impessoais, apego às regras, associação entre meios e fins se transformam em um novo formato de escravidão. A dominação, por sua vez, é considerada um tipo especial de poder, pois nela existe a necessidade de um fator legitimador e estabilizador para o seu exercício. São três os tipos de dominação para Weber, segundo suas formas de legitimação: tradicional, carismática e racional-legal. (Margoto et al., 2010, p. 117).

Nesse sentido a autogestão representa uma alternativa ao modelo de gestão burocrático, sendo que na próxima seção serão explicitadas as principais características dessa abordagem.

2.2 Autogestão

Na visão de Tragtenberg apud De Faria e Meneghetti (2011), contrário a qualquer formato de burocratização que impeça a autonomia dos indivíduos no campo profissional, o autor trata dessa questão ao abordar a filosofia do conflito social em Marx, na qual o trabalho aparece como fator de mediação que enriquece o mundo dos objetos e empobrece a vida interior do trabalhador na medida em que este não é o dono de si mesmo. O resultado do trabalho é estranho ao trabalhador e surge como um poder independente dele. Ainda na visão do autor, as teorias administrativas permitem uma forte predominância das relações de dominação, reduzindo cada vez mais as chances de emancipação do homem nas organizações. Em outras palavras, as teorias administrativas estão distantes de contemplar a liberdade do trabalhador e viabilizar a autogestão.

Proudhon é, com justa razão, considerado o pai da autogestão e o inspirador das experiências históricas de criação de um regime autogestionário. O autor é um crítico da burocracia e todas as suas construções teóricas visam a estabelecer, sem qualquer autoridade superior, a autonomia da sociedade entendida como a real possibilidade que ela possui de organizar e governar a si mesma. No cenário autogestionário elimina-se a divisão social do trabalho entre trabalhadores, proprietários e gestores, uma vez que todos esses papéis são

assumidos pelos próprios trabalhadores, ocorrendo, portanto, a vinculação do capital e do trabalho às mesmas pessoas. O trabalhador, mesmo assalariado, não se apresenta mais apenas como o possuidor de sua força de trabalho com capacidades pré-determinadas, impostas pelo empregador, mas como um produto que continua a se produzir, tornando-se um empreendedor individual, gerindo sua carreira como uma pequena empresa. (Gorz, 2005).

Nas palavras de Proudhon (1983): “ser governado é ser, em cada tarefa, em cada movimento, notado, registrado, arrolado, tarifado, timbrado, medido, taxado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, estorvado, emendado, endireitado, corrigido”. (Proudhon, 1983, p.79). Proudhon acreditava que a autogestão é viável devido a certa capacidade que a sociedade tem de organizar-se e governar-se. (Ferraz e Dias, 2008). Dessa forma, a autogestão ganha o significado de “um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas” (Prestes Motta, 1981, p.133), de forma que a organização da sociedade é a organização dos trabalhadores.

Na visão proudhoniana, o produto do trabalho seria o resultado de uma união solidária de associações mútuas e, como tal, é de propriedade da sociedade como um ser coletivo. Esta, por sua vez, se encontra em relação permanente de interdependência com o trabalho e com o trabalhador. Em virtude disso, a apropriação do resultado do trabalho pelos detentores do capital é criticada veementemente por Proudhon, pois representaria a submissão do homem ao homem; ou seja, a condição básica para a efetividade de uma sociedade autogestionária não é atendida: a liberdade do homem trabalhador (Prestes Motta, 1981, p.133). Acrescida ao pressuposto da liberdade do indivíduo, está a consciência de uma sociedade como um ser coletivo que permitiria a criação da individualidade do homem superior coletivo. (Ferraz e Dias, 2008, p. 101).

Para alguns autores como Hellwig e Carrion (2007), a proposta da autogestão recebe a denominação de Economia Popular e Solidária. Singer (2003) reúne sobre a denominação de Economia Popular e Solidária o conjunto dos empreendimentos que apresentam duas características específicas: a solidariedade entre seus integrantes mediante a prática da autogestão e a solidariedade com os trabalhadores em geral, favorecendo os mais necessitados. Referindo-se à autogestão, Albuquerque (2003) a define como um conjunto de práticas sociais com características democráticas de tomada de decisão, criadoras de autonomia de um coletivo no qual o poder é compartilhado, refletindo-se em um modo de agir coletivo. Para Singer (2000), a autogestão traz como vantagens a diminuição de divergência de interesses entre os participantes, a disposição para a resolução de conflitos, maior riqueza de experiências e opiniões dos envolvidos, as quais, dessa forma, enriquecem o processo participativo.

Conforme Benini (2010), a autogestão também caminha concomitantemente com a economia solidária. Para o autor, nesse contexto, vale ressaltar que, sendo os funcionários donos dos meios de produção, a gestão do negócio deve ser exercida pelos próprios trabalhadores, ou seja, esses serão executores das tarefas e junto patrões de si próprios. O autor traz em seus textos a expressão autogestão solidária: que seria uma nova abordagem de gestão que nega a figura imediata do patrão.

Já os autores Costa e Frasson (2005) abordam a autogestão como um pressuposto da Economia Popular Solidária, o qual defende uma ótica mais democrática e igualitária. As relações de produção passam a caracterizar-se de forma que o trabalhador recupere o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história. (Costa e Frasson, 2005). Para Nascimento (2004), economia solidária e autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos, podendo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão.

Na concepção de Pinheiro e Paula (2015) às organizações autogestionárias são vistas como iniciativas de cunho econômico e social, que buscam estabelecer relações solidárias, democráticas e equitativas, e movimentam-se não só para alcançar resultados econômicos como também formativos, culturais, políticos e sociais. Observa-se, assim, que a maioria dos autores que visam repensar a organização do trabalho, considera como princípios da autogestão a distribuição equitativa do capital, a instituição de modos de organização do trabalho que conciliam o agir com o pensar e a negação total das hierarquias. No mesmo sentido, denota-se um foco em considerar o controle, a responsabilidade e a autoridade um pressuposto do coletivo, e a importância da participação e da circulação das informações serem abertas e coletivas a todos nos diferentes níveis institucionais das organizações.

Diante do contexto acima descrito é possível entender melhor o processo da autogestão com base no estudo feito por Albuquerque (2003) no que diz respeito às consequências positivas e negativas para as organizações que adotam a autogestão. O quadro 1 foi esquematizado por Cavedon e Ferraz (2004) e traz as colocações de Albuquerque (2003):

Quadro 1 – Pontos Positivos e Negativos da Autogestão

Pontos positivos da autogestão	Pontos negativos da autogestão
Amplia-se a capacidade produtiva dos trabalhadores, porque abrange um ambiente mais democrático; experiência profissional melhor conservada na	A participação dos trabalhadores na gestão reduz a capacidade produtiva, pois ela hipoteca dois atributos essenciais dos dirigentes: sua autoridade e seu poder

empresa; redução da rotatividade dos trabalhadores. [...].	discricional.
Os trabalhadores cuidam da qualidade de sua produção porque tem uma percepção mais positiva do seu trabalho, um sentido elevado de sua responsabilidade e o desejo de aumentar seus rendimentos, determinados pela produtividade da empresa.	Não fica objetivado na discussão dos processos autogestionários quais os estímulos mais efetivos, em todo caso fica implícito que, dependendo de como se organiza o trabalho, os estímulos materiais ou de participação abrem possibilidades para uma política de emulação e manipulação.
Implicação pessoal do trabalhador sobre a produtividade de seus colegas é maior porque desaparece o confronto tradicional entre patrão e empregado. Sendo que, nesse caso, a pressão do grupo corresponde a um processo de vigilância mútua, que reduz o absentismo e pune a preguiça e o desperdício.	É preciso ter presente que, no quadro de um trabalho em equipe, a mediação da produtividade individual é muito difícil.
Aumento da eficácia organizacional. Um ambiente participativo facilita a comunicação; esta favorece a identificação, de ineficácias organizacionais que os trabalhadores não teriam necessariamente interesse de identificar em um contexto não cooperativo [...].	Um espaço produtivo autogestionário remete a ambientes de incerteza.

Fonte: CAVEDON e FERRAZ, (2006).

Em estudo realizado por Cavedon e Chiesa (2016) cabe buscar mais ambientes onde o trabalho possa aparecer como forma de expressão da criatividade e do questionamento, uma vez que estes anseios já expostos na doutrina proudhoniana e em outras organizações, aparecem repaginados. Isso denota a busca constante por um trabalho libertador, criativo e que promova a auto realização contínua, apenas modificado em suas formas de expressão, e produzindo formas de ser e estar no mundo que talvez o ambiente da heterogestão não seja capaz de suprir. Na visão de Meira (2011), devido à abolição das relações de autoridade nas empresas autogeridas, não há hierarquia e o problema da obediência reverte em autodisciplina e comportamento cooperativo. Visto que o fundamento da autoridade está no coletivo, entende-se não haver relação de dominação entre os profissionais. O autor cita em seus estudos a empresa autogestionária como um modelo de empresa anticapitalista.

Cabe salientar que o pesquisador Gustavo Luis Gutierrez, o qual se dedica há algum tempo a estudos sobre autogestão (1988, 1989, 1991, 1998, 2004, 2000, 2004) com a meta de promover o debate sobre a autogestão nos moldes de uma organização formal autogerida, sugere a experiência teórica de aplicar o conceito de autogestão à empresa tradicional.

Analisar a autogestão por meio da empresa tradicional é concluir que a primeira é a negação da segunda, e pode ser entendida nas suas contradições. A autogestão representa a anti-empresa tradicional, está posta dialeticamente na estrutura de produção capitalista como negação e sua presença pode ser revelada por uma análise que perturbe esta estrutura, invertendo-a. (Gutierrez, 1988, p.7). Motta (1981, p.167) também corrobora com a afirmação ao defender que uma sociedade autogestionária incomoda profundamente os detentores do poder, pois: “permanece como possibilidade de se ver a organização econômica e política não de cima para baixo, mas ao contrário, a partir das massas”.

Já na concepção de Eid e Chairiello (2015) ao impedir o profissional de acessar o conjunto dos conhecimentos sobre o processo de trabalho, através de pedagogias limitativas para a formação dos trabalhadores e da fragmentação do trabalho, o capitalismo impede que a sociedade tenha no trabalho uma positividade emancipatória. Concomitantemente, o capital coloca o trabalhador como produtor de valor de troca, mantendo o alienado em relação à sua atividade de trabalho e aos resultados do seu labor, resumindo, forma um homem limitado, unilateral. E é justamente nesse estágio do processo que se estabelece uma nova concepção de trabalho, com uma unidade entre teoria e prática, colocando o trabalho como princípio educativo.

Silva (2004) clarifica o papel da autogestão para com a ruptura da alienação do trabalho ao salientar que: a superação da divisão do trabalho intelectual e manual - burocracia fabril - base da sustentação da sociedade dividida em classes e da estrutura opressiva, deve ser obra da vontade conjunta dos trabalhadores envolvidos numa luta em direção aos sistemas autogestionários de produção, luta política que deve ser norteadada por um projeto de construção de uma sociabilidade humana não intermediada pelo capital.

Na perspectiva de Klechen, Barreto e Paula (2011), a gestão autônoma repousa sobre três pilares: 1) autonomia e equidade no processo decisório; 2) valores humanistas e 3) disponibilidade de conhecimento técnico-administrativo para os membros da organização. Segundo Misoczky e colaboradores (2004), a autogestão consiste na gestão dos meios de produção e organização social em que todas as entidades de base (indivíduos, grupos, movimentos populares) possuem os mesmos direitos, fundamentados nos princípios da liberdade e da igualdade. Partindo dessa compreensão baseada na equidade, argumenta-se que a autogestão não se faz sem participação. Para as autoras, a participação é um processo eminentemente político, o qual pressupõe que todos os indivíduos afetados por uma determinada decisão devem estar envolvidos no processo decisório. De maneira implícita, “presume-se que todo indivíduo é capaz de conscientemente eleger o que é bom para ele,

dispensando autoridades de saber reconhecido que lhes digam quais são suas reais necessidades”. (Klechen, Barreto, Paula, 2011, p.672).

Ainda nesta perspectiva mais ampla de autogestão, a literatura descreve experiências que vêm marcando a história, como a Espanhola (Mintz, 2002), a Iugoslava (Venosa, 1982; Almeida, 1983; Guillerm e Bourdet, 1976), os casos da Rússia (1905 e 1917), da Comuna de Paris (1871), da Hungria (1919 e 1956), da Argélia (1962), da antiga Tchecoslováquia (1968), da Polônia (1956 e 1980-81), entre outros. (Nascimento, 2004b; Guillerm e Bourdet, 1976). Apesar dessas experiências não terem atingido seus objetivos na totalidade, por diferentes motivos, as mesmas se distinguem da gestão heterônoma e apontam para uma possibilidade de ruptura com o modelo vigente. Com base em pesquisa realizada por Araújo e Silva (2011), a autogestão permite que os indivíduos resgatem a autonomia perdida com a mecanização da produção e burocratização das relações de trabalho oriundas das organizações contemporâneas, formas de gestão essas que deram origem a uma total dependência da sociedade diante do capital – representada pelas empresas capitalistas. Tendo que se submeter aos abusos do controle e do capitalismo os quais provocaram a alienação das pessoas, retirando uma enorme parcela de sua espontaneidade e originalidade, extraindo a mais valia de sua mão de obra em prol do lucro, relegando a vida para segundo plano, tanto quanto a qualidade de vida dos funcionários, esses se tornaram alienados à vida pessoal, social e profissional.

Ainda cabe destacar a contribuição de Singer (2003), no que diz respeito à autogestão no ambiente empresarial, a qual aponta para uma prática que aparece em função das melhores qualificações dos profissionais, visto que esta qualificação está sendo ordenada em virtude da descentralização da responsabilidade pelo desempenho obtido pela organização.

2.3 Bibliometria

A bibliometria nasceu nos anos sessenta do século XX e foi assim nomeada por Pritchard (1969) e, devido a possuir caráter quantitativista, fundamentou a formulação de leis matemáticas, cujo foco é mensurar a produção científica. Alguns autores definem conceitos para o termo: como um conjunto de leis destinadas ao tratamento quantitativo das propriedades e do comportamento da informação registrada. Dentre essas leis, pode-se destacar: a de Lotka, a de Zipf e a de Bradford. A lei de Lotka (1926) demarca que x artigos são produzidos por k/x^a pesquisadores, tendo em vista que a constante k valeria aproximadamente $6/t^2$. Na visão de Parisotto et al (2014), essa lei preconiza que um número restrito de pesquisadores produz muito em relação a determinado assunto, ao passo que um

grande volume de pesquisadores produz pouco, sendo que a produção daquele número reduzido de autores se equipara em quantidade ao desempenho de muitos autores que possuem baixo volume de publicação. Na lei de Price (1963) um aperfeiçoamento da Lei de Lotka, a conclusão é que menos de 1/10 dos autores produzem aproximadamente 1/3 do conhecimento científico de uma área, segundo atesta Araújo (2002). A lei de Bradford (1934) relaciona o número de artigos de determinada área à distribuição deles nos periódicos e, de outra maneira, a lei de Zipf (1949) coloca-se como um modelo, correlacionando palavras-chave e a classificação do documento em determinada área. Ainda no que tange à Lei de Bradford, Parisotto et al (2014) sustentam que o maior número de produções científicas são verificadas por meio de um pequeno núcleo de periódicos. Dessa forma, verifica-se um aumento do número de periódicos que diminuem a produtividade de publicação de artigos do respectivo assunto. Essa lei também permite estimar o grau de relevância dos periódicos que atuam em áreas do conhecimento específicas.

Análises bibliométricas podem contribuir para aprofundar o estudo sobre a qualidade da produção acadêmica de uma área do conhecimento, pois ela permite extrair informações estratégicas que dão ao pesquisador desdobramentos quantitativos para analisar o comportamento das pesquisas científicas em uma determinada área do conhecimento. Quando aplicada com a finalidade de avaliar um campo científico, a bibliometria é, portanto, chamada de *cienciometria* ou *cientometria*. O pesquisador fica como responsável pelo delineamento do estudo, estando suportado pela busca à resposta problematizada em um cenário real, permitindo dessa maneira, identificar diversas variáveis, as quais dependem dos objetivos do trabalho científico, desde a frequência do aparecimento do tema, passando pela localização geográfica das produções. Com base nesses estudos, é possível refletir o diagnóstico das produções por um determinado período.

O termo bibliometria, devido ao seu radical, sugere relações semânticas com o suporte livro e, por associação, ao termo biblioteca. Por sua vez, termos alternativos, tais como *infometria*, *cientometria* e *webometria*, entre outros presentes na relação pragmática que os abrange, representam práticas de mensuração da informação da ciência, ou de suas representações em modalidade convencional ou na Web, definindo com mais especificidade o universo quantificável a que se referem. (Bufren; Prates, 2005, p.9).

De acordo com Araújo (2002), a bibliometria atual tem percorrido duas trajetórias distintas: a primeira, dando continuidade ao enfoque original, persegue a trilha do aperfeiçoamento das leis de mensuração, e a segunda que questiona a validade dos estudos exclusivamente quantitativos. Com uma finalidade ou outra, tanto compreensão da produção

científica sobre a ótica de um contexto específico, quanto a mensuração e a abordagem teórica, a bibliometria se vale da análise da produção científica mediante categorias. Segundo autores da área, são cinco os principais métodos utilizados pela bibliometria: análise de citações, análise de cogitação, agrupamento bibliográfico, *coword analysis*, e webometria.

Para Araújo (2002), a análise de citações, com origem no século XVII, é a principal área da bibliometria e abrange quesitos como autores mais citados, autores mais produtivos, elite de pesquisa, frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e institucional dos autores e da literatura mais influente de uma área, idade média da literatura mais utilizada, tipo de documentos mais utilizados, e periódicos mais citados.

A análise da produtividade dos autores leva em consideração quais são os autores que mais publicam, quais os mais citados e a mudança do padrão de citação dos autores ao longo dos anos. Algumas dessas categorias denotam o emprego de leis como elite da pesquisa, que é obtida através da raiz quadrada do total de autores da área, da qual resulta na estimativa do tamanho da elite de determinada população de autores. A frente de pesquisa, em contrapartida, seria composta pelas publicações (artigos, capítulos, livros, etc) mais citadas em uma determinada área. Outras categorias implicam somente em contagem, como é o caso do levantamento da literatura mais influente de uma área, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura e procedência geográfica.

Porém, vale salientar que essas categorias e até outras do mesmo tipo, que implicam apenas em contagem, podem gerar resultados os quais não foram os pretendidos. Pesquisas realizadas por Bertero, Caldas e Wood Jr (1999) estudaram a produção científica em um determinado campo e mostraram que houve um crescimento importante em número de artigos publicados. No entanto, o dado não se revelou em melhoria na qualidade da pesquisa nesse campo do conhecimento. Ao estudar a pesquisa científica, os autores notificaram que os estudos em tal campo do conhecimento apresentavam falhas epistemológicas, metodologias inadequadas, reflexões nem um pouco originais e mínima aplicação prática. Os autores indicam que essas conclusões estão associadas ao crescimento desacertado da pós-graduação, à adoção de literatura estrangeira, o que torna a produção científica nacional pouco original, além de situada no paradigma funcionalista.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção é descrito o enquadramento metodológico aplicado nesta pesquisa. Salienta-se que a metodologia utilizada neste trabalho foi fundamentada em outros trabalhos como Motta (1981), Benini (2010) e Gutierrez (1997). Em relação ao seu objetivo, este estudo

configurou-se como exploratório e descritivo (Richardson, 2008). Exploratório justifica-se pelo processo de seleção de um referencial bibliográfico de artigos científicos sobre o tema autogestão, e descritivo, pois visou descrever as características dos artigos selecionados.

Nesta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa. Configurou-se como uma pesquisa qualitativa em função dos conceitos e análises apresentadas pelos autores com base na seleção de artigos referentes ao tema do estudo e é quantitativa em função da etapa de análise bibliométrica, que apresentou diversas variáveis quantitativas do portfólio bibliográfico.

Em relação aos fins esta pesquisa foi classificada como descritiva. Tal pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, e esse tipo de estudo tem como objetivo descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. (Triviños, 1987). Quanto a sua caracterização, sua natureza é básica. Schwartzman (1979) delinea que a pesquisa básica é aquela que acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-los diretamente.

Dessa forma, como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se referências bibliográficas e pesquisa documental, e para a análise desses dados, foi utilizada a análise de conteúdo, a qual, de acordo com Vergara (2013) refere-se ao estudo de textos, documentos e verbalizações orais. Cabe destacar que durante a análise dos dados procurou-se verificar a relação dos resultados com as leis que regem os estudos bibliométricos. A coleta de dados pode ser descrita da seguinte maneira: primeiramente se deu a escolha das bases de dados às quais foram utilizadas para a pesquisa, logo após foram estabelecidas as delimitações para a seleção dos artigos. Essas delimitações abrangem as palavras-chaves e o recorte temporal. Em um segundo momento se deu a análise dos artigos encontrados a partir da pesquisa acima citada. As análises deste trabalho ocorreram sobre a lógica indutiva, que gera conhecimento sobre um tema de pesquisa. A geração deste conhecimento se deu pela seleção do referencial bibliográfico e por meio da análise bibliométrica, que identifica os artigos, autores e palavras-chave em destaque dentro do tema escolhido. (Richardson, 1999). Por fim, essa pesquisa definiu-se como bibliográfica, visto que teve como objetivo estabelecer um referencial bibliográfico de artigos publicados em bases nacionais e internacionais sobre o tema autogestão.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Definição da base de dados e palavras-chave

A primeira etapa deste trabalho foi a escolha das bases de dados para realizar a pesquisa. Para o cumprimento do propósito do presente estudo, que foi realizar um levantamento bibliométrico sobre o tema autogestão nas organizações na ótica dos pesquisadores, optou-se por utilizar somente duas bases de dados, já que se pretendia utilizar as seguintes palavras-chaves: Bibliometria, Administração, e Autogestão, termos que possivelmente teriam inúmeras pesquisas, o que inviabilizaria os estudos, dessa forma tal critério de exclusão de outras bases, foi utilizado. Portanto, para fonte de dados nacionais, utilizou-se a base SPELL. E como critério de inclusão de artigos internacionais acerca do tema pesquisado, a base EBSCO foi utilizada como fonte de dados internacionais. Uma vez que foram definidas as bases, passou-se para a definição das estratégias de busca. Definiram-se então as palavras chaves que nortearam a pesquisa sobre o tema escolhido e os operadores lógicos que foram aplicados para a junção de palavras. Na base de dados nacional SPELL foram utilizadas as palavras: autogestão e administração.

Já na base de dados internacional EBSCO os pesquisadores depararam-se com uma dificuldade ao investigar sobre o tema autogestão, pois a maioria dos resultados da busca apresentaram artigos com pesquisas sobre saúde e medicina. Como o foco da pesquisa foi a autogestão no âmbito organizacional, acrescentaram-se as seguintes palavras-chaves junto à *self management: empowerment and public administration*. Dessa forma, as duas bases de dados obtiveram retorno nas pesquisas, tornando possível validá-las para a sequência do trabalho. Além disso, nas bases de dados foram utilizados os seguintes delimitadores: artigos publicados em periódicos científicos a partir do ano de 1994, pesquisas com as palavras-chave nos campos título, resumo e/ou palavras-chave. Escolheu-se o ano de 1994 para limite mínimo de resultados, pois se considerou que doze anos é um intervalo de tempo suficiente para que fosse possível verificar tendências nas abordagens, variáveis, e vertentes que contemplam o tema. Assim, obteve-se como resultado da pesquisa uma amostra de 121 (cento e vinte e um) artigos.

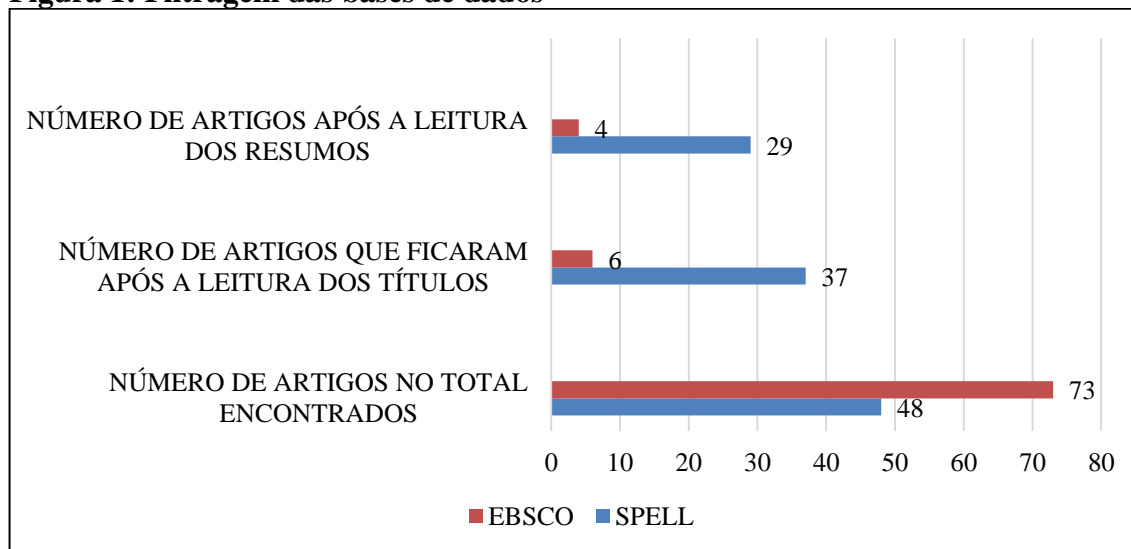
4.2 Filtragem do banco de dados

Nesta etapa todos os artigos obtidos nas pesquisas das bases de dados foram importados para um software de gerenciamento bibliográfico, neste caso o software *Endnote X5*.

Depois de efetuada a organização das referências pelo programa acima, a próxima etapa foi a exportação dos dados para uma planilha do Excel. Os pesquisadores submeteram os resultados encontrados a uma série de filtros como: exclusão de artigos repetidos, filtro de artigos com o título alinhado, filtro de artigos com o resumo alinhado e, por fim, filtro de artigos quanto ao conteúdo alinhado integralmente. A etapa acima se deu da seguinte maneira: na base de dados SPELL, utilizando como eixos as palavras autogestão e administração, podendo estas constar tanto no título quanto no resumo, foram encontrados um total de 48 (quarenta e oito) artigos. Logo após a filtragem dos títulos, restaram 37 (trinta e sete) artigos. Após a filtragem dos resumos, a coleta finalizou em 29 (vinte e nove) artigos. Esses possuíam o conteúdo alinhado ao tema. Ao todo foram descartados 88 (oitenta e oito) artigos.

Já na base de dados EBSCO, foram utilizadas como eixos as palavras *self management, empowerment and public administration*. Como resultados após os filtros acima citados foram encontrados: 73 (setenta e três) artigos contendo as palavras chaves, 6 (seis) após a leitura dos títulos e, por fim, 4 (quatro) após a leitura dos resumos. Da mesma maneira, os artigos selecionados condizem integralmente seu conteúdo com o tema da pesquisa. Salienta-se que a queda significativa do número dos artigos selecionados no primeiro filtro se deu em função do motivo já mencionado, que foi o fato da maior parte das pesquisas internacionais filtradas por *self management* dizer respeito ao tema saúde e medicina. Por fim, este levantamento bibliométrico foi realizado com a junção dos resultados selecionados das duas bases acima citadas, totalizando em 33 (trinta e três) artigos sobre o tema autogestão. A figura 1 ilustra como se deu esse processo:

Figura 1: Filtragem das bases de dados

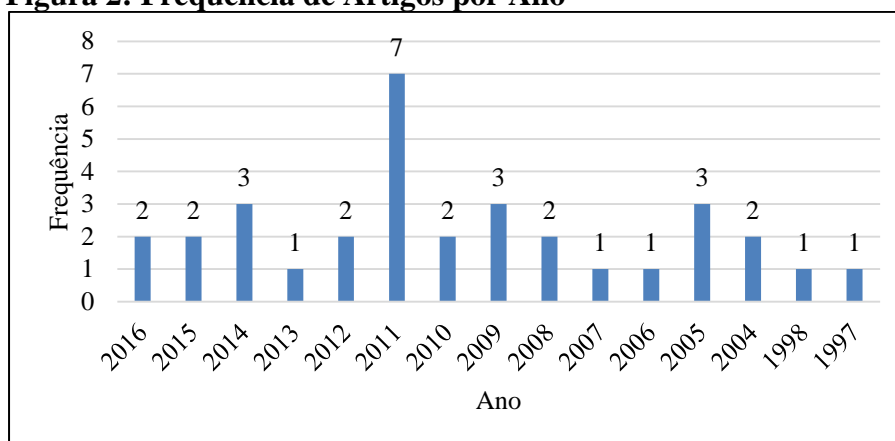


Fontes: dados da pesquisa, 2016.

4.3 Análise Bibliométrica do Portfólio Bibliográfico

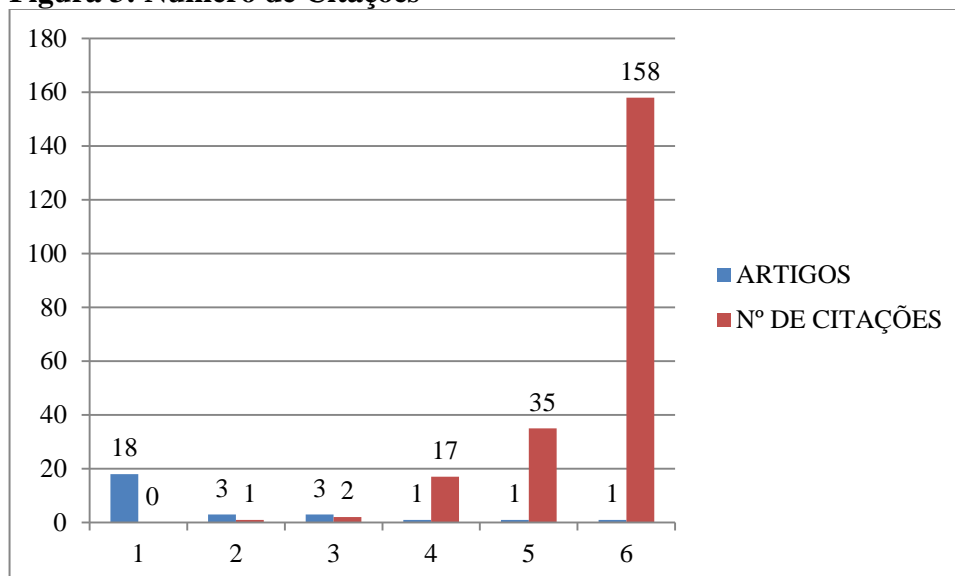
Após a definição do portfólio bibliográfico, deu-se início à etapa de análise bibliométrica. Tal análise visa avaliar e destacar as principais características do portfólio. (Afonso, Souza, Ensslin, 2011). Na sequência, a figura 2 apresentou a frequência das publicações de acordo com os anos do intervalo escolhido:

Figura 2: Frequência de Artigos por Ano



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

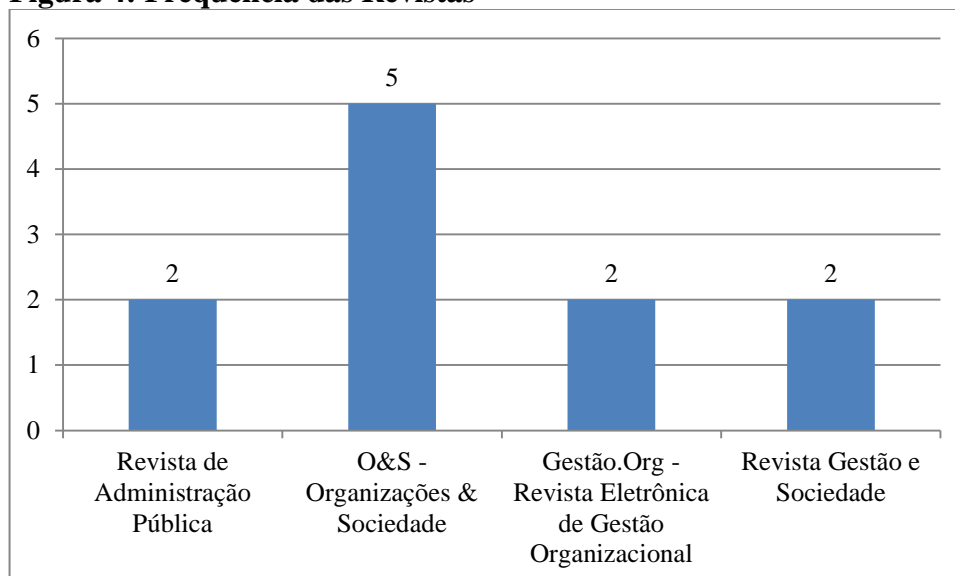
Pode-se concluir que o ano de 2011 foi o período que mais teve publicações de artigos sobre o tema autogestão, sete no total. A média dos outros anos ficou entre um e 3 (três) artigos publicados por ano. Outro dado analisado nessa pesquisa foi o ranking dos artigos mais citados. Nessa seção verificou-se que 18 (dezoito) dos 33 (trinta e três artigos) apareceram com citação zero, ou seja, mais do que a metade da amostra. Logo após, 3 (três) artigos citados uma única vez e outros 3 (três) citados 2 (duas) vezes, ao passo que um artigo foi citado 17 (dezessete) vezes, outro 35 (trinta e cinco) e outro 158 (cento e cinquenta e oito) vezes. A figura 3 a seguir ilustra tal constatação:

Figura 3: Número de Citações

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

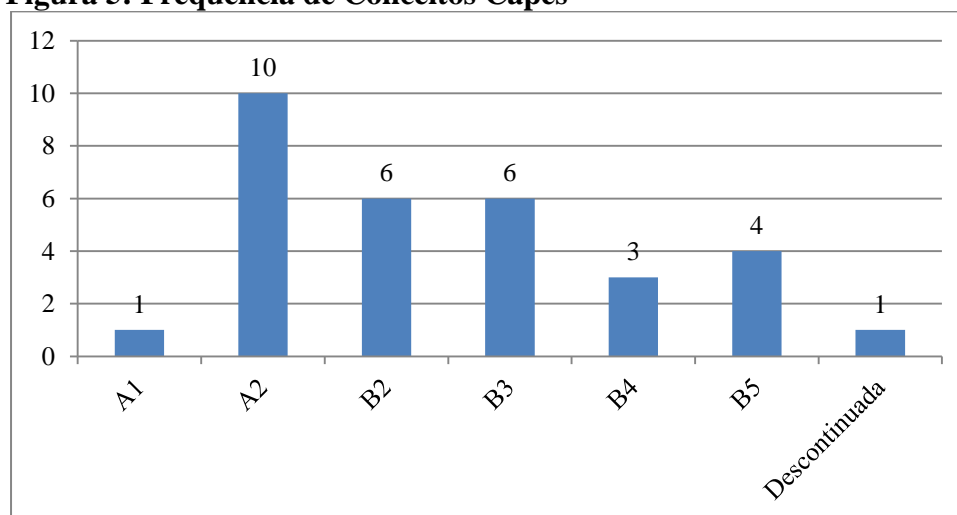
O artigo nacional mais citado foi: “tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre”, autoras: Neusa Rolita Cavedon e Deise Luiza S. Ferraz, com um total de 17 (dezesete) citações. Já o artigo mais citado na base de dados EBSCO foi “*Marginalization and Recovery: The Emergence of Aristotelian Themes in Organization Studies*”, autores H Tsoukas, S Cummings, com o total de 158 (cento e cinquenta e oito) citações.

Já em relação às revistas que mais apareceram no portfólio bibliográfico sobre o tema autogestão, a revista O&S – Organizações e Sociedade apareceu no topo do ranking com o total de 5 (cinco) artigos dos que compuseram esse estudo. Esta revista possui conceito Capes A2. As outras revistas abrangeram 2 artigos cada. Essa constatação apresentou relação direta com a Lei de Bradford a qual, conforme Parisotto et al (2014), analisa a atuação dos periódicos científicos. Conforme esta lei existe um pequeno núcleo de periódicos que aborda um determinado assunto de forma mais extensiva, ao passo que, de forma contrária, verifica-se um aumento no número de periódicos que diminuem a produtividade de publicação de artigos sobre o mesmo tema. Ademais, esta lei também permite estimar o grau de relevância de periódicos que mais atuam na área. A figura 4 ilustra a situação descrita:

Figura 4: Freqüência das Revistas

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Outro dado também importante levantado no portfólio foi o ranking dos conceitos Capes das revistas que contém os artigos que compõem a amostra. No total foram 10 (dez) artigos publicados em revistas com conceito A2 e 1 (um) artigo publicado em revista com conceito A1. Segue ilustração:

Figura 5: Freqüência de Conceitos Capes

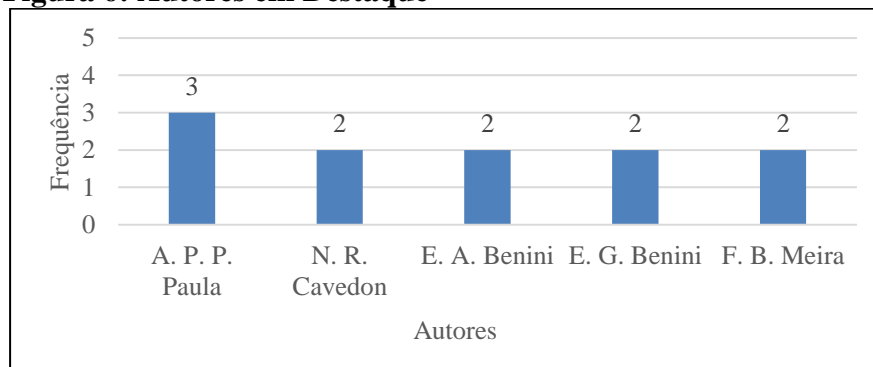
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

4.4 Análise dos autores de maior destaque

Já no que tange à análise dos autores de maior destaque no levantamento bibliométrico, constatou-se que 5 (cinco) autores foram os mais representativos, com ênfase para uma autora que apareceu com 3 (três) artigos, ao passo que os outros 4 (quatro) autores

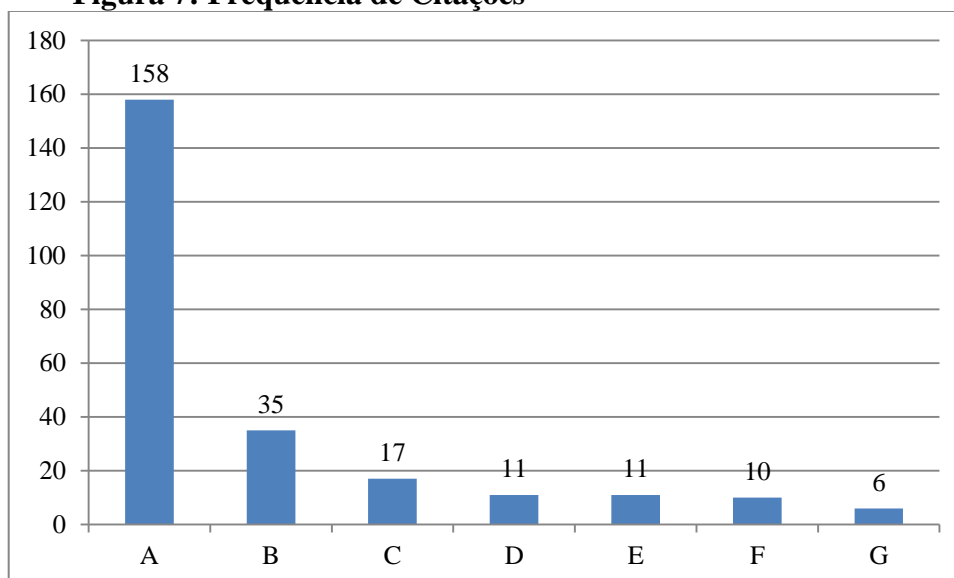
com dois artigos e o restante da amostra com um artigo cada um. São eles: A. P. P. Paula (3), N. R. Cavedon (2), E. G. Benini (2), E. A. Benini (2) e F. B. Meira (2). A. P. P. Paula é autora dos seguintes artigos: “pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte”, “Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico”, “Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos”. Ao todo foram analisados 68 autores. Os autores B. C. Hellwig and R. M. Carrion não entraram no gráfico ilustrado, pois os mesmos apareceram duas vezes como autores de dois artigos com o mesmo título, porém publicados em anos diferentes, revistas diferentes e com seus respectivos resumos diferentes também. Essa constatação foi ao encontro da Lei de Lotka (Parisotto et al, 2014), a qual advoga que um número restrito de pesquisadores produz muito em determinada área de conhecimento, ao passo que um grande volume de pesquisadores produz pouco, como, por exemplo, no presente estudo, dos 68 autores elencados, apenas 5 apareceram com maior número de produções. Os autores também exemplificam que, conforme tal lei, por volta de 60% dos autores de um determinado campo produzem apenas um artigo em toda sua vida acadêmica. (Parisotto et al, 2014). A figura 6 ilustrou o cenário acima:

Figura 6: Autores em Destaque



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Por fim, revelou-se o gráfico abaixo com os 7 (sete) artigos que mais foram citados dentre todos do portfólio. Na sequência segue quadro 2 com os detalhes de cada artigo, como quem são os autores, ano de publicação, título, quantidade de citações e revista em que foi publicado.

Figura 7: Frequência de Citações

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quadro 2 - Características dos Artigos

LEGENDA	AUTORES	ANO	TÍTULO	CITAÇÕES	REVISTA
A	H. Tsoukas and S. Cummings	1997	<i>Marginalization and Recovery: The Emergence of Aristotelian Themes in Organization Studies</i>	158	<i>Organization Studies</i>
B	G. P. Martin, K. Phelps and S. Katbamna	2004	<i>Human Motivation and Professional Practice: of Knights, Knaves and Social Workers</i>	35	<i>Social Policy & Administration</i>
C	N. R. Cavedon and D. L. Ferraz	2006	Tricotando as Redes de Solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de Economia Popular Solidária de Porto Alegre	17	O&S - Organizações & Sociedade
D	M. Linden, B. Muschalla, T. Hansmeier and G. Sandner	2014	<i>Reduction of sickness absence by an occupational health care management program focusing on self-efficacy and self-management</i>	11	Work (Reading, Mass.)
E	A. M. Lisboa	2005	Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites	11	RAE - Revista de Administração de Empresas

F	S.-B. Yang and M. Guy	2011	<i>The Effectiveness of Self-Managed Work Teams in Government Organizations</i>	10	<i>Journal of Business & Psychology</i>
G	D. L. S. Ferraz and P. Dias	2008	Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária	6	O&S - Organizações & Sociedade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Sendo assim, a partir dos resultados encontrados na presente pesquisa, no capítulo a seguir serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos autores Motta (1981) e Pinheiro e Paula (2015) defenderem que a autogestão tem sido abordada de forma ascendente por diversos autores nos mais diversos países, verificou-se através dos resultados dessa pesquisa que a autogestão relacionada às organizações consiste em um assunto pouco debatido. Esse fato pode se dever à questão de que o tema representa mais que uma mudança nas formas de gestão, representa também mudanças na percepção do trabalho, dos valores a ele vinculados, do seu caráter coletivo e de suas possibilidades enquanto formador de identidades e projetos sociais. Essa pesquisa possuiu como objetivo o seguinte: realizar um levantamento bibliométrico sobre o tema autogestão nas organizações na ótica dos pesquisadores. Visando montar o portfólio bibliográfico, efetuou-se uma pesquisa envolvendo palavras-chaves como: autogestão, administração, *empowerment* e *public administration*. A limitação também se deu no campo do intervalo temporal, o qual foi de 1994 a 2016. Ao final de todo o processo de seleção, o estudo compôs-se por 33 (trinta e três) artigos, sendo 4 (quatro) internacionais e 29 (vinte e nove) nacionais. O material foi submetido a uma bibliometria.

Através da análise bibliométrica constatou-se que o ano de 2011 foi o período o qual mais teve publicações de artigos relacionados ao tema autogestão, no total de 7 (sete) artigos do portfólio. Identificou-se congruência com a Lei de Lotka a partir da constatação de que a pesquisadora Ana Paula Paes de Paula foi a autora que mais apareceu como escritora de pesquisas sobre o tema, porém cabe salientar que esta não aparece como autora nos artigos mais citados. No que diz respeito às citações, artigos encontrados na base de dados internacional obtiveram um número significativo de citações a mais do que os nacionais. Já

no que tange aos resultados da busca na base de dados nacional, os artigos em sua maioria não foram citados nem sequer uma vez, mais precisamente, 62% do total não foram citados, sendo que aproximadamente 10% foram citados uma vez e outros 10% duas vezes.

Vale destacar os artigos mais citados do portfólio: “tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre”, autoras: Neusa Rolita Cavedon e Deise Luiza S. Ferraz e “*Marginalization and Recovery: The Emergence of Aristotelian Themes in Organization Studies*”, autores H Tsoukas, S Cummings. Em relação às revistas, a revista O&S – Organizações e Sociedade, conceito Capes A2, foi a que mais apareceu com artigos publicados sobre a autogestão. Outro dado importante é que o conceito Capes A2 foi o mais encontrado nas revistas que contém os artigos do portfólio bibliográfico, revelando conformidade com a Lei de Bradford, a qual preconiza que um restrito número de periódicos contempla a maior quantidade de publicações sobre um determinado tema. (Parisotto et al, 2014).

Pode-se concluir, na realização desta bibliometria, que o tema autogestão não é um assunto bastante discutido na área da administração, constatação essa que vai de encontro à afirmação encontrada no referencial teórico do presente estudo. Ao tentar efetuar buscas em bases de dados internacionais, a dificuldade apareceu no momento em que os artigos encontrados através da palavra-chave *self management* foram, em sua maioria, artigos relacionados à área da saúde. Dessa forma os autores inseriram mais palavras-chaves relacionadas à área de administração para que se pudessem encontrar artigos relacionados à autogestão no ambiente profissional.

Como lacunas teóricas diagnosticadas a partir da realização dessa pesquisa, foi possível verificar a ausência de estudos sobre a autogestão em organizações burocráticas, sendo que o fato despertou a verificação da necessidade de estudos sobre o tema no interior dessas organizações, principalmente para que se possa verificar se existem condições para o desenvolvimento de práticas autogestionárias nesse ambiente. O presente estudo demonstrou-se importante visto que além de ter descrito as contribuições que a autogestão pode oferecer para as insuficiências do modelo burocrático, delineou de que forma o tema vem sendo estudado na academia. Como limitação do estudo verificou-se o pequeno número de bases pesquisadas, sendo que a partir da utilização de mais fontes seria possível obter um número maior de artigos que tratam sobre o tema, concluindo talvez pela possibilidade de um cenário diferente a ser encontrado.

Referências

- Afonso, M. H., Souza, J. D., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2011). Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(2), 47-62.
- Albuquerque, P. P. D. (2003). Autogestão. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 20-26.
- Antunes, R. (2015). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial.
- Araújo Ruiz, J. A., & Arencibia Jorge, R. (2002). Informetría, bibliometría y cienciometría: aspectos teórico-prácticos. *Acimed*, 10(4), 5-6.
- Araújo, E. A. T., & Silva, W. A. C. (2011). Sociedades cooperativas e sua importância para o Brasil. *Revista Alcance*, 18(1), 43-58.
- Bales, K., & Robbins, P. T. (2001). "No one shall be held in slavery or servitude": A critical analysis of international slavery agreements and concepts of slavery. *Human Rights Review*, 2(2), 18-45.
- Benini, E. A. (2010). Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?
- Benini, E. N. (2009). LF; Benini, EA; Melo, RP Cooperativismo e Autogestão: reflexões sobre a economia solidária. Campo Grande-MS: Desafio-R. *Econ. e Adm*, 10(21), 76-78.
- Benini, É. A., & Benini, E. G. (2010). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 605-619.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr, T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Pereira, J. R. (2011). Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos Ebape. br*, 9(3), 681-703.
- Cavedon, N. R., & Ferraz, D. L. S. (2006). "Tricotando as redes de solidariedade": as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. *Organizações & sociedade*, 13(39), 93-111.
- _____. As culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração, v. 25. (2004).

Chairiello, C. L., & Eid, F. (2014). Organização do processo de trabalho em uma cooperativa popular autogestionária. *Gestão e Sociedade*, 8(19), 541-565.

Chiesa, C. D., & Cavedon, N. R. (2015). Elementos anarquistas no cotidiano de uma organização contemporânea o caso da casa da cultura digital de Porto Alegre. *Gestão. Org: Revista eletrônica de gestão organizacional [recurso eletrônico]*. Recife, PE. Vol. 13, n. 1 (jan./jun. 2015), p. 11-23.

Costa, A. L., & Frasson, G. C. (2005). Autogestão: um novo/velho modelo em administração. *Gestão & Regionalidade*, 22(62), 16-47.

De Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 51(5), 424-439.

Dos Santos Parisotto, I. R. Análise de Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ762.pdf. Acessado em: 21.05.2021.

Fernandes, E. C. & Gutierrez, L. H. (1998, outubro/dezembro). Qualidade de vida no trabalho (QVT): uma experiência brasileira. *Revista de Administração da USP*, 23 (4), 29-38.

Ferraz, D. L. D. S., & Dias, P. (2008). Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. *Organizações & Sociedade*, 15(46), 99-117.

Gorz, A. (2005). O imaterial. São Paulo: Annablume, p. 48-53.

Gutierrez, G. L. (1997). Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 27-32.

Hellwig, B. C., & Carrion, R. M. (2007). A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. *REGE Revista de Gestão*, 14(4), 1-14.

Klechen, C. F., Barreto, R. D. O., & Paula, A. P. P. D. (2011). Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 669-694.

Marsden, R., & Townley, B. (2001). Introdução: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2, 31-60.

Margoto, J. B., Behr, R. R., & Paula, A. P. P. D. (2010). Eu me demito! Evidências da racionalidade substantiva nas decisões de desligamento em organizações. *Organizações & Sociedade*, 17(52), 115-135.

Meira, F. B. (2011). Entre modelos e figuras: o problema da transição nas empresas assumidas por trabalhadores. *Gestão.Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 9, n. 2.

Misoczky, M. C., Oliveira, R. P. D., & Passos, R. P. D. (2004). Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade das Cidades. *Organizações & Sociedade*, 11(SPE), 183-196.

Motta, F. C. P. (1979). Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 19(3), 11-25.

_____. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. (1981). Tese de Doutorado.

Nascimento, C. (2004). Autogestão e o novo cooperativismo. *Brasília, Maio*.

Onuma, F. M. S., Mafra, F. L. N., & Moreira, L. B. (2012). Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. *Cadernos EBAPE. BR*, 10(1), 65-81.

Paula, A. P. P. D. (2007). Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, 14(40), 169-188.

Pinheiro, D. C.; De Paula, A. P. P. (2015). Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 33, p. 233-266.

Proudhon, P. J. (1983). Proudhon, Textos Escolhidos. Porto Alegre, L&PM.

Richardson, L., & St Pierre, E. (2008). A method of inquiry. *Collecting and interpreting qualitative materials*, 3(4), 473.

Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

Silva, C. M. S., & Leandro, M. E. (2004). Saúde e envelhecimento: Estratégias de autogestão da saúde. *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier Saúde*, 12-21.

Schwartzman, S. (1979). Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm. Acesso em junho 2018.

Triviños, A. N. S. (1987). Pesquisa qualitativa. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas*, 116-173.

Vergara, S. C. (2013). Projetos e relatórios de pesquisa. *São Paulo: Atlas*.

Weber, M. (1982). Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed.

_____. (2000). Economia e Sociedade. Vol. 1 e 2. Brasília, UNB.